ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENSAFRIM

ATA N.º 01/2026
Da Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia

Realizada a 11 de FEVEREIRO de 2026

----Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, na Sede da Junta de Freguesia de Bensafrim, reuniu-se a Assembleia da Freguesia de Bensafrim para a Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia. ----------
----Presidente: Dário João de Jesus Pacheco Carvalho (AD)----------
----Primeiro Secretário: Diogo Patrício Norte Gonçalves Ferreira (AD)----------
----Segundo Secretário: Ana Rita dos Santos Nunes (AD)----------
----Restantes Membros presentes: Suzel Júlio Pacheco (AD), Vera Reis (AD), João Carlos do Nascimento Rodrigues (PS), Ana Lúcia Rosado Simões Duarte (PS), Carlos Manuel do Nascimento Pacheco (CHEGA), Luís Miguel de Matos Correia (LCF). ----------
----Pelo executivo da Junta esteve presente o senhor Presidente, Carlos Miguel dos Santos Vieira, a senhora Tesoureira Ana Maria Norte Gonçalves Ferreira e o senhor Secretário André Filipe Figueira Correia. ----------
----O Primeiro Secretário da Mesa lê o Edital, que é aprovado por unanimidade. ----------
----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia dá por aberta a Sessão e passa a ler declaração em que justifica perante a Lei e na ausência de Regimento a convocatória da presente Sessão Extraordinária, pelo facto de ser importante a intervenção dos cidadãos, ao que nenhum membro se opõe. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----Inscrição senhor Fernando Marreiro de Lagos. ----------
---- A intervenção do senhor Fernando é dirigia para o tema da construção dos 14 fogos, mencionando que o PDM foi aprovado em 2011, depois de 14 anos de discussão. Em 2021 considerou-se que se mantinha eficaz. ----------

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

---- Intervenção do senhor Luís Miguel Correia *(ANEXO 1)*. ----------
--- O senhor Presidente da Junta explica que a questão da construção dos 14 fogos no Largo do Mercado em Bensafrim, não só fez parte do pograma eleitoral apresentado em campanha nas última Eleições Autárquicas, como resolveram emitir um Parecer Desfavorável à referida construção e agendar uma reunião com o senhor Presidente da

Câmara Municipal de Lagos. Até final de janeiro, quando foram colocados os sinais de Proibido Estacionar, foi sempre dado a entender que se podia chegar a um consenso, sendo que na última Reunião de Câmara foi expressa a intenção de avançar com a referida empreitada. Foi feita uma petição com 519 assinaturas, e a Junta decidiu marcar uma reunião extraordinária para tomarem uma posição oficial de que são contra. Recua na linha temporal e relembra que o PDM foi aprovado em 2011 e implementado em 2012. Dez anos depois, em 2022, decide a construção dos blocos de apartamentos com os pressupostos de uma década antes. Em 2023 existe uma alteração ao loteamento em que são retiradas as lojas do piso térreo. Em junho de 2024 são identificados os Lotes 3.14 e 3.17, 7 apartamentos em cada um. Em janeiro 2025, despacho Concurso Público. Em 5 de fevereiro vai a retificação em Reunião de Câmara, a 3 de março passa para esclarecimento dos concorrentes. Em 31 de janeiro de 2025 o senhor Presidente da Câmara emite despacho para abertura de Concurso Público, em 5 de fevereiro vai a retificação em reunião de Câmara, em 11 de abril de 2025 a Junta de Freguesia envia mail rejeitando a construção no Largo do Mercado e em 23 de abril a coligação LCF faz uma reclamação à Assembleia de Freguesia, a 24 setembro existe uma rejeição por unanimidade na Assembleia de Freguesia da extinta União de Freguesias, em 25 de setembro o referido contrato é assinado. Após a tomada de posse esse Executivo pede reuniões com o senhor Presidente da Câmara a 18 e 24 de novembro de 2025. A 28 de janeiro realizou-se a última reunião com o senhor Presidente da Câmara sobre este assunto. ----------

---- A senhora Ana Lúcia Duarte (PS) solicita que se abra uma exceção para se ouvirem os vereadores da Câmara Municipal de Lagos presentes, que têm conhecimento técnico do assunto que está a ser tratado. Menciona ainda que quem rejeita, tem de ter uma solução. ----------

---- O senhor Luís Miguel Correia (LCF) não concorda com a intervenção dos vereadores, uma vez que a sessão da Assembleia é dirigida à população e se pretendessem um parecer técnico a Junta de Freguesia teria agendado uma reunião com a Câmara Municipal. Diz que detém toda a documentação, poderá prestar todos os esclarecimentos necessários. ----------

---- O senhor Presidente da Assembleia informa que os Vereadores não serão ouvidos. -

---- A senhora Vera Reis (AD) inicia a sua intervenção dizendo que aquele lugar é o centro da vivência diária da população, circulação e estacionamento. É uma decisão estrutural para o centro da comunidade. A preocupação não é só com o conteúdo, mas também com a forma com que foi concebido. Refere que a CML liderada pelo Partido Socialista foi sucessivamente alertada, a resposta foi sempre a necessidade da construção pela falta de habitação, o que nunca puseram em causa. O que questionam é se qualquer solução serve para justificar a habitação acessível. São decisões impostas sem respeito pela população nem pela História. Segundo a senhora Vera Reis a CML invoca que está previsto no PDM, contudo este deveria ter sido revisto em 2021, o que não foi feito atempadamente. Está em causa o respeito institucional e o diálogo entre a Junta de

Freguesia e a Câmara Municipal de Lagos, o princípio na sua opinião é claro, o desenvolvimento deve ser feito com as pessoas, não contra elas. Devem ser estudadas outras localizações e terrenos. O PS em Lagos tem responsabilidade política nesta decisão. A Junta de Freguesia tem sido coerente, tem estado ao lado da população e tem procurado o diálogo institucional. Enquanto membros eleitos cabe-lhes garantir a qualidade de vida da população e o respeito pela vila. Não estão contra a habitação nem o desenvolvimento. Bensafrim merece ser ouvida e respeitada. ----------

---- O senhor Luís Miguel Correia apresenta os seguintes assuntos que se anexam: Proteção Civil (ANEXO 2), Resíduos Urbanos (ANEXO 3) e Estaleiro (ANEXO 4).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----Ponto 1: Apreciação e Votação do "Parecer desfavorável da Junta de Freguesia de Bensafrim à localização da construção de 14 fogos de Habitação Social no Largo do Mercado em Bensafrim. ----------

	AD	PS	CHEGA	LCF	TOTAL
VOTOS CONTRA					0
ABSTENÇÕES		2			2
VOTOS A FAVOR	5		1	1	7

----Aprovado por **maioria** com 7 votos a favor da AD, CHEGA e LCF, 2 abstenções do PS.

---- O senhor João Rodrigues apresenta da Declaração de Voto (ANEXO 5). ----------

---- O senhor Luís Correia intervém colocando questões à bancada do partido Socialista (ANEXO 6). ----------

---- A senhora Ana Duarte esclarece que até à data de 24/09/2025, a oposição deveria ter informado a população que se poderia ter manifestado em massa. Questiona o senhor Luís Correia onde estava a 05/02/2025, quando foi a reunião de Câmara. Pensa que há uma questão política, que deveria ser colocada de parte, pois se não fosse essa a razão ter-se-iam manifestado antes do concurso público. A preocupação do cidadão de Bensafrim é contínua, não apenas quando há eleições. Os eleitos do Partido Socialista estão ao lado da população, o ato de se absterem demonstra que nem todos pensam da mesma forma, isto em relação ao anterior Executivo que era contra a construção dos 14 fogos. Durante a campanha eleitoral tomaram conhecimento da falta de habitação, e agora existem pessoas que necessitam de habitação e assinaram o abaixo-assinado. A senhora Ana Duarte afirma que neste momento a CML não dispõe de mais nenhum terreno para o efeito, nem tem alternativa, pergunta como irão dizer às pessoas que os 14 fogos não serão construídos, não existe outra solução. Se o problema que está em causa é o estacionamento, informa que ao lado do mercado existe uma faixa de terreno destinada a equipamento de utilização coletiva, onde irá ser estudada a construção de estacionamento, dando alguma solução, evitando gerar discussão entre a população que se está a manifestar e a que necessita das habitações. ----------

---- O senhor Primeiro Secretário apresenta declaração de voto, declara que não é uma disputa politica, o povo deu a maioria absoluta a quem deu e a população está com os eleitos, não só pela manifestação demonstrada naquela Sessão de Assembleia mas também pelo abaixo-assinado, por isso não se percebe que a discussão seja sobre quem vai la morar mas sim, a localização que está errada, se a CML não tem mais terreno nenhum em Bensafrim pode sempre comprar, é a maior freguesia do concelho e não se entende a urgência de construir naquele local e de inviabilizar um espaço que poderia ser o que já e até mais ampliado. Ao serem as primeiras casas a ser construídas, aí sim parece quase uma disputa entre a CML e a Junta de Freguesia, a única PSD que ganhou no concelho de Lagos. ----------

----O senhor Luis Correia responde à senhora Ana Duarte sobre onde estava a 05/02/2025, pensa que essa pergunta deveria ser feita ao anterior Executivo, porque nem o anterior Executivo que era PS, sabia o que se ia passar, só soube em abril quando receberam um mail da CML com a decisão sobre aquela construção. A Câmara não informou ninguém, e ele próprio só tomou conhecimento em abril de 2025. Sobre o PS querer passar a mensagem que a oposição está contra as pessoas que vão residir naqueles 14 fogos, seja de que etnia forem, quer deixar bem claro e em ata, que representando o LCF e todas as pessoas o acompanham, com exceção do PS, nunca estiveram contra as pessoas que lá vão morar, mas sim o local onde os fogos vão ser construídos. Se fosse pelas pessoas também estavam contra as 20 casas que vão ser edificadas junto ao Agrupamento Habitacional. Pede ao PS que entendam que a questão é contra o local e não as pessoas, pede para acabarem com essa retórica. Quando reivindicam que vai ser caro pagar a indeminização, pergunta se a CML não pensou nisso, ao construir onde estava prometido uma sede da Junta. A única desculpa da CML é que está no PDM, já leu a Memória Descritiva e na sua opinião esta foi encomendada para justificar a construção. Todos estão a fazer política, têm opiniões diferentes, não vale a pena esconderem-se atras dessa desculpa, o senhor Luís Correia assume que defende a população. Pergunta ainda ao senhor Presidente da Junta, que medidas vai tomar para apresentar na reunião de Câmara do dia seguinte. ----------

----O senhor Presidente da Junta relembra que seria bom manifestarem-se para serem ouvidos, o Executivo é a voz do povo e está sempre do seu lado. ----------

----A senhora Ana Duarte ficou sem perceber qual e aposição da Junta de Freguesia, possivelmente irá dar conhecimento deste Parecer desfavorável à CML. ----------

---- O Presidente da Junta diz que irá informar a Câmara pelos meios legais o que sobre o que ficou decidido naquela Sessão. Relativamente à extinta UFBBSJ, menciona que a mesma já tinha feito algumas considerações relativas àquele espaço público, na altura em que se realizaram as obras junto ao Mercado, pedindo a requalificação do espaço em 2022. Relembra que como exemplo é uma zona de chegada e partida do transporte de atletas, assim como para atividades lúdicas, nesse sentido deveriam ter atenção sobre o que iriam construir naquele espaço. ----------

---- O senhor Luis Correia questiona o senhor Presidente da Junta sobre o valor da

indemnização , ao que este responde que o Presidente da Câmara indicou ser entre 300.000 e 500.000 euros mas não justificou esse valor.

----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião eram 22h15 m, da qual se lavrou a presente ata em minuta, a fim de produzir eficácia imediata às deliberações tomadas. ----------

----------A Mesa da Assembleia----------

O Presidente,
(Dário João de Jesus Pacheco Carvalho)

O Primeiro Secretário,
(Diogo Patrício Norte Gonçalves Ferreira)

(ANEXO 1) 1/2

LAGOS COM FUTURO

A Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade a 24 de setembro de 2025 contra a construção dos 14 fogos.

Se a Assembleia de Freguesia delibera e a Câmara ignora, quem representamos nós?

Sendo nós a Assembleia de Freguesia o órgão político mais próximo da população,

Somos nós que aqui residimos e tratamos as pessoas pelo nome,

É em nós que as pessoas depositam a sua confiança, e é aqui que se discutem e votam matérias de extrema importância para a nossa vila.

Mas a verdade é que, quando decisões tomadas por este órgão são desconsideradas, quando a vontade democrática aqui expressa é ignorada, e quando não há sequer disponibilidade para ouvir quem representa diretamente a freguesia... temos de fazer uma pergunta incómoda, mas legítima:

O que é que todos nós andamos aqui a fazer?

Andamos aqui a representar pessoas ou apenas a cumprir calendário institucional?
Andamos aqui a decidir ou apenas a fingir que decidimos?

Porque, se depois o Executivo Camarário faz o que bem entende, sem diálogo, sem respeito e sem consequência política... então isto deixa de ser proximidade democrática e passa a ser um exercício vazio.

E isso leva-nos a outra reflexão, que muitas pessoas lá fora já me fizeram:

Só se lembram de nós, as freguesias, em tempo de eleições?

Fica a pergunta no ar não para gerar conflito, mas para gerar consciência.

Porque, se não somos ouvidos, respeitados e tidos em conta, então cada um de nós terá mesmo de ponderar se vale a pena continuarmos metidos nisto da política local... ou se estamos apenas a alimentar a ilusão de participação que, na prática, não decide nada.

(ANEXO2)

LAGOS COM FUTURO

PROTEÇÃO CÍVIL

Como vai ser eliminado um espaço que está designado pela Proteção Civil como ponto de encontro em caso de catástrofe na freguesia, eliminando uma zona crítica de segurança coletiva. Gostaria de colocar algumas questões:

1. Que alternativa concreta existe para substituir esse ponto de encontro, com a mesma capacidade, acessibilidade e segurança?
2. Em caso de evacuação da população, onde será feita a concentração de pessoas se este largo deixar de estar disponível?
3. Quem assume a responsabilidade se, numa situação de catástrofe, a freguesia ficar sem um ponto de encontro adequado?
4. Que prioridade está a ser dada à segurança da população quando se admite construir precisamente numa área reservada para emergência?

(ANEXO 3)

LAGOS COM FUTURO

RESÍDUOS URBANOS

A construção deste novo complexo habitacional, levanta mais uma preocupação que não pode ser ignorada:

o aumento significativo da produção de resíduos urbanos naquela zona.

Com base em estimativas médias, um empreendimento desta dimensão poderá gerar cerca de **1,5 a 2 toneladas de lixo por mês**. Ora, todos sabemos, que aqui vivemos e sentimos no dia-a-dia, que já existe atualmente uma clara deficiência na recolha de resíduos urbanos naquela área. Contentores frequentemente cheios, acumulação de lixo no exterior e atrasos na recolha do lixo reciclável são problemas recorrentes.

Criar habitação sem garantir condições adequadas de salubridade e limpeza, é transferir um problema previsível para quem lá vive e para toda a população envolvente naquela área.

Perante este cenário, é legítimo questionar:

- Está a infraestrutura de recolha de resíduos naquela zona, preparada para receber mais esta carga?
- Vão ser acautelados reforços de contentores e de frequência de recolha?
- Em que área daquela zona vão ser construídos mais pontos de recolha, ou estamos, mais uma vez, a correr atrás do prejuízo?

(ANEXO 4)
1/2

LAGOS COM FUTURO

ESTALEIRO

Com a construção deste complexo habitacional, anula-se na prática uma das poucas zonas que hoje funciona em Bensafrim como ponto de encontro e de apoio informal a quem nos visita e a quem utiliza o território de forma ativa.

Falamos de atletas, ciclistas, caminhantes da Via Algarviana, visitantes em viaturas próprias e também de grupos organizados que chegam em autocarros.

É ali que param, que se orientam, que descansam, que iniciam ou terminam percursos. É um espaço de apoio espontâneo, mas essencial para a dinâmica turística, desportiva e social da freguesia.

Eliminar este ponto sem criar alternativa significa perder capacidade de acolhimento. Significa desorganizar chegadas de grupos, dificultar a logística de eventos, retirar segurança a quem pratica desporto e afastar visitantes que procuram precisamente locais preparados para os receber.

Em vez de ajudarem na dinamização do mercado, que resiste heroicamente graças a alguma população idosa a frequentá-lo, vão literalmente aniquilá-lo.

Não podemos olhar para esta obra apenas no papel e ignorar a realidade no terreno, sobretudo durante os cerca de 20 meses de construção previstos.

Estamos a falar de um estaleiro em pleno centro da freguesia, e é preciso que se perceba bem o que isso significa na prática.

Significa circulação constante de camiões de grande porte.
Significa gruas montadas durante meses, maquinaria pesada em funcionamento diário.
Significa cargas e descargas permanentes, ocupação de via pública, cortes e condicionamentos de trânsito.

Significa riscos acrescidos para peões, idosos e crianças, numa zona que hoje é de utilização diária da população.

Antes de se avançar com a obra, deviam estar garantidas alternativas claras, operacionais **e comunicadas à população.**

As perguntas que coloco são as seguintes:

Como irão funcionar, com alguma normalidade, os acessos ao Mercado, ao Multibanco, ao Centro de Saúde, à Farmácia?
Como chegam utentes, idosos, pessoas com mobilidade reduzida?
Onde estacionam trabalhadores e utilizadores desses serviços?

Que soluções concretas estão preparadas para minimizar o impacto nos serviços públicos durante o período de construção?

Que plano existe para garantir que estes serviços não ficam estrangulados durante quase dois anos?

(ANEXO 5)
1/4

LAGOS COM FUTURO

ABSTENÇÃO

Como sou o único membro desta assembleia que esteve presente no anterior mandato e que participou na votação da moção para a rejeição deste projeto em setembro, penso que será legitimo o Srº Presidente da Assembleia deixar-me, colocar duas questões à bancada do partido socialista.

Em setembro, o Partido Socialista que detinha a maioria nesta Assembleia, estiveram ao lado da população ao votar a rejeição. Assumiram uma posição clara, alinhada com a preocupação das pessoas e com a defesa da nossa freguesia.

Passados cinco meses, voltamos a discutir exatamente a mesma reivindicação, não mais fraca, mas pelo contrário, reforçada.

Reforçada por uma mobilização popular evidente, materializada num abaixo-assinado com 519 assinaturas, num universo de 800 votantes nas últimas eleições autárquicas.

Isto não é um pormenor.
Isto é uma expressão objetiva, mensurável e politicamente relevante da vontade da nossa população.

Perante isto, a abstenção não é neutralidade.

A abstenção, neste contexto, é uma decisão política com consequências. Porque quando uma força política que antes esteve ao lado da população opta agora por não tomar posição, está, na prática, a permitir que a vontade expressa das pessoas possa ser contrariada.

Na política local, onde estamos mais próximos das pessoas, a abstenção pesa.
E pesa porque pode ser vista como um recuo quando era esperado firmeza.

Quando a população fala de forma tão expressiva, não decidir... é, no fundo, decidir na mesma.

Por isso, deixo aqui duas questões à bancada do Partido Socialista:

Primeira:
Que leitura devem fazer os cidadãos que assinaram este abaixo-assinado ao verem que quem antes os acompanhou prefere agora abster-se em vez de os defender de forma clara?

Segunda:
Para quem esteve inequivocamente ao lado da população na votação da rejeição do projeto em setembro, o que está diferente hoje para manter a convicção, perante uma contestação popular ainda maior?

Ficam as perguntas e fica, sobretudo, a responsabilidade de cada um perante as pessoas que nos elegeram.

LAGOS COM FUTURO

Sobre a votação da rejeição do projeto, por unanimidade a 24 de setembro de 2025

Sendo nós a Assembleia de Freguesia o órgão político mais próximo da população,

Somos nós que aqui residimos e tratamos as pessoas pelo nome,

É em nós que as pessoas depositam a sua confiança, e é aqui que se discutem e votam matérias de extrema importância para a nossa vila.

Mas a verdade é que, quando decisões tomadas por este órgão são desconsideradas, quando a vontade democrática aqui expressa é ignorada, e quando não há sequer disponibilidade para ouvir quem representa diretamente a freguesia... temos de fazer uma pergunta incómoda, mas legítima:

O que é que todos nós andamos aqui a fazer?

Andamos aqui a representar pessoas ou apenas a cumprir calendário institucional?
Andamos aqui a decidir ou apenas a fingir que decidimos?

Porque, se depois o Executivo Camarário faz o que bem entende, sem diálogo, sem respeito e sem consequência política... então isto deixa de ser proximidade democrática e passa a ser um exercício vazio.

E isso leva-nos a outra reflexão, que muitas pessoas lá fora já me fizeram:

Só se lembram de nós, as freguesias, em tempo de eleições?

Fica a pergunta no ar não para gerar conflito, mas para gerar consciência.

Porque, se não somos ouvidos, respeitados e tidos em conta, então cada um de nós terá mesmo de ponderar se vale a pena continuarmos metidos nisto da política local... ou se estamos apenas a alimentar a ilusão de participação que, na prática, não decide nada.

(ANEXO 5)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,

Assunto: Parecer desfavorável da Junta de Freguesia de Bensafrim à localização da construção de 14 Fogos de Habitação Social no Largo do Mercado em Bensafrim.

Na qualidade de membros da Assembleia de Freguesia de Bensafrim, eleitos pelo Partido Socialista, declaramos a intenção de voto, abstendo-nos, relativamente ao parecer desfavorável emitido pela Junta sobre a localização da construção de 14 fogos de habitação social no Largo do Mercado.

Somos, de forma clara, favoráveis à construção de habitação social. Sabemos que na Vila, existem famílias que necessitam de respostas concretas e não podemos ignorar essa realidade. Este projeto, importa recordar, está previsto no Plano de Pormenor de Bensafrim e já foi objeto de deliberações em reunião de Câmara — em 5 fevereiro de 2025, com a aprovação da abertura do procedimento da empreitada, e em 2 de julho de 2025, com a adjudicação e aprovação da minuta do contrato, ambas por unanimidade, apresentando este projeto um elevado grau de maturidade, podendo acarretar custos avultados, suportados por todos nós, caso o mesmo não se concretize.

Dito isto, também não podemos ignorar as preocupações manifestadas por muitos cidadãos relativamente à localização escolhida. Quando uma parte significativa da comunidade expressa dúvidas, o nosso dever não é desvalorizar essas posições, mas sim promover esclarecimento, diálogo e transparência.

A nossa abstenção pretende precisamente afirmar essa postura de equilíbrio: Não estamos contra a construção dos 14 fogos, que consideramos socialmente necessários, mas entendemos que este processo deve ser acompanhado de maior envolvimento da população e de um esforço adicional de esclarecimento público.

Mais do que criar divisões entre Junta e Câmara, ou entre forças políticas, devemos procurar construir consensos que sirvam Bensafrim. O nosso compromisso deve ser com as pessoas — tanto com aquelas que precisam de habitação, como com aquelas que desejam ver o seu espaço público valorizado e respeitado.

Reafirmamos, por isso, a nossa total disponibilidade para contribuir para um diálogo construtivo que permita concretizar este projeto com serenidade, informação clara e espírito de cooperação institucional.

Bensafrim, 11 de fevereiro de 2026

Anabicio Quarte